



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Fluxo contínuo

“Pra mim parece que sempre foi difícil o que é tão simples pros outros”: População em situação de rua e acesso à educação

“For me, it feels like what is so simple for others has always been hard”: homeless population and access to education

“Para mí, parece que siempre ha sido complicado lo que es tan sencillo para otros”: la población sin hogar y el acceso a la educación

Suane Silva Pinheiro
Eduardo Souza Passini
Carmem Regina Giongo
Scarleth Nardes
Raquel Meyer Fagundes Backes
Marina Fritz

RESUMO

O objetivo deste estudo é suscitar um olhar sobre os aspectos educacionais das pessoas em situação de rua, problematizando os modelos de ensino vigentes e práticas escolares possíveis. É uma pesquisa exploratória-descritiva de metodologia mista realizada em Novo Hamburgo/RS. Participaram deste estudo 170 pessoas, sendo 147 homens e 23 mulheres. Os dados foram submetidos a análise temática e estatística simples. Os resultados apontaram baixa escolaridade e trajetórias de exclusão educacional anterior à ida às ruas. São necessárias políticas educacionais que considerem as particularidades e a garantia integral de direitos dessa população.

Palavras-chave: educação; educação não escolar; população em situação de rua; movimentos sociais.

ABSTRACT

The goal of this study is to raise a look at the educational aspects of people on the streets, questioning the current teaching models and possible school practices. It is an exploratory-descriptive and mixed methodology research carried out in the city of Novo Hamburgo/RS. A total of 170 people, 147 men and 23 women, participated in this study. The analysis occurred through thematic and simple statistical analysis. The results pointed to the low schooling of homeless people and trajectories of educational exclusion prior to going to the streets. Educational policies that consider the particularities and the full guarantee of the rights of this population are necessary.

Keywords: education; non-formal education; homeless population; social movements.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es plantear una perspectiva sobre los aspectos educativos de las personas sin hogar, cuestionando los modelos de enseñanza actuales y las posibles prácticas escolares. Es una investigación exploratoria-descriptiva de metodología mixta realizada en Novo Hamburgo/RS. Participaron 170 personas, 147 hombres y 23 mujeres. El análisis ocurrió a través de análisis temático y estadística simple. Los resultados apuntaron para la baja escolaridad y trayectorias de exclusión educativa previa a la salida a la calle. Son necesarias políticas educativas que consideren las particularidades y la plena garantía de derechos de esta población.

Palabras-clave: educación; educación no formal; población sin hogar; movimientos sociales.

Introdução

A educação ocupa um lugar fundamentalmente ontológico, pois é uma atividade inerente ao ser humano. Ela é vista como elemento essencial na dinâmica da vida social, atuando como mediadora do conhecimento, estabelecendo conexões com todas as práticas sociais e contribuindo para o processo emancipatório do indivíduo (FREIRE, 1987; POLLI, 2020). No entanto, historicamente, o sistema educacional brasileiro não tem se adaptado e nem se conectado às necessidades e especificidades educacionais da população (FERNANDES, 1989).

Uma pesquisa recente divulgada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (2022) mostrou que dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não frequentam a escola no Brasil, revelando que, apesar de a educação ser reconhecida como direito fundamental (BRASIL, 1988/2016), com acesso garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), na prática, o respaldo legal a esse direito não é sinônimo de sua materialização. Como agravador desse processo, observa-se que, desde a última década, a educação vem passando por um processo de terceirização, redução orçamentária e precarização (GRABOWSKI *et al.*, 2020), fruto de um projeto neoliberal hegemônico que defende os interesses da classe empresarial (FERREIRA, 2017; HERNANDES, 2019). Nessa dinâmica, as pessoas que tiveram negado o direito à educação tornam-se a superpopulação excedente de desempregados ou que se encontra em situações precárias de trabalho não assalariado (FERRAZ, 2013).

“Pra mim parece que sempre foi difícil o que é tão simples pros outros”: População em situação de rua e acesso à educação

Nesse sentido, a competitividade (desleal) é uma fonte de exclusão social, em que o pressuposto de progresso e desenvolvimento exige a exclusão de alguns em detrimento do privilégio de outros (GUARESCHI, 2001). Para Escorel (1999), a exclusão social é definida como um processo de fragilização, precariedade e ruptura de vínculos sociais em cinco dimensões: econômico-ocupacional, sociofamiliar, político, de representações sociais e da vida humana. Para além da perspectiva da exclusão social, Castel (1997) propõe que o excluído é de fato um desfilhado, em que há ausência de trabalho e forte isolamento social. Na zona de desfiliação, a trajetória do indivíduo é composta por uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis.

Nessa zona de desfiliação encontram-se as pessoas em situação de rua (PSR), que vivenciam processos de privação de direitos, exclusão social e desigualdade. Há inúmeros motivos que levam as pessoas a essa situação, entre eles estão a vulnerabilidade social, a fragilização dos vínculos familiares, o desemprego e o abuso de substâncias (ALCANTARA; ABREU; FARIAS, 2015; CUNHA; RODRIGUES, 2009; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, 2015; GIONGO *et al.*, 2020; NARDES; GIONGO, 2021; PIMENTA, 2019; PINHEIRO; GIONGO, 2023; QUALITEST, 2019).

Apesar de o Brasil não contar com dados precisos sobre a PSR, devido às subnotificações e à falta de inclusão dessa população nos dados e nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as estimativas indicam que a PRS cresceu 140% desde 2012. Até março de 2022, havia aproximadamente 281.472 pessoas nessa condição, o que representa um aumento de 38% em relação ao previsto em 2019 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2023). Dados de um censo realizado na cidade de São Paulo em 2021 contabilizaram 31.884 pessoas nessa condição (QUALITEST, 2021). Além disso, somente na cidade de São Paulo, o número de pessoas vivendo nas ruas dobrou nos últimos seis anos (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, 2015; QUALITEST, 2019, 2021). Essa realidade reflete uma contradição: ao mesmo tempo em que há um aumento expressivo de pessoas em situação de rua, observa-se o desmonte e a negligência nas políticas públicas destinadas a esse segmento.

No que diz respeito aos níveis educacionais da PSR, dados indicam que a baixa escolaridade desse público permanece elevada e se intensifica ano após ano em diferentes regiões do país. Há um alto índice de pessoas adultas em situação de rua que sabem ler e escrever; no entanto, a grande maioria não concluiu o Ensino Fundamental (CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL, 2017; CORTIZO; SANTORO, 2019; QUALITEST, 2021). A educação como direito da PSR passou a ser pautada na agenda pública apenas em 2009, com a implementação da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2009). Entretanto, a efetivação desse direito representa um grande desafio, pois, na prática, as ações nesse âmbito são poucas, incipientes e não ocorrem de forma ampla e abrangente culminando no processo de exclusão educacional e na negação desse direito.

Diante desse cenário estrutural de desigualdade, exclusão e vulnerabilidade social, é fundamental ponderar como acontece o acesso à educação para a PSR, visto que esse é um direito que deve ser assegurado de forma igualitária pelo Estado e incentivado pela sociedade (BRASIL, 1988/2016). Sendo assim, o objetivo deste estudo é suscitar um olhar sobre os aspectos educacionais das pessoas em situação de rua, problematizando os modelos de ensino vigentes e as práticas possíveis para a inclusão dessa população.

Método

Delineamento do estudo

Do ponto de vista metodológico, foi utilizado um delineamento descritivo exploratório de metodologia mista, tendo como orientação os pressupostos de Minayo (2014). A autora apoia-se em um referencial materialista histórico-dialético que representa a dinâmica do real na sociedade, considerando o processo investigativo como um esforço para compreender os fenômenos da construção coletiva, histórica e social. A pesquisa mista apoia-se em estratégias investigativas qualitativas e quantitativas, permitindo diferentes aproximações com o campo de pesquisa.

Participantes da pesquisa

Este estudo contou com a participação de 170 pessoas que viviam em situação de rua no município de Novo Hamburgo, no estado do Rio Grande do Sul. Entre os participantes, 86,5% eram homens e 13,5% eram mulheres, com idade média de 39 anos. Sobre a identidade étnico-racial, 50% se autodeclararam brancos e 45,3% se autodeclararam pardos e negros. Considerando-se apenas o universo masculino, 49,7% se autodeclararam brancos, 46,3% negros ou pardos e 4% indígenas, amarelos ou não souberam responder. Já entre as respondentes mulheres, 52,2% se autodeclararam brancas, 43,5% negras ou pardas e 4,3% indígenas.

A grande maioria (83,4%) mencionou que não tinha companheiro e 57,4% dos respondentes possuíam filhos. Os dados indicaram que 87,6% dos participantes nasceram no estado do Rio Grande do Sul, todavia 27,2% eram naturais do município em questão e 30% apenas afirmaram ser trecheiros, ou seja, pessoas que estão em constante movimento nos espaços urbanos.

Dentre os participantes da pesquisa, 60,6% deixaram anteriormente de estar em situação de rua, mas retornaram em momento posterior e 39,4% estavam em situação de rua pela primeira vez. Sobre o tempo em situação de rua, identificou-se que 21,3% dos participantes estavam em situação de rua há mais de dez anos, 20,7% especificaram o intervalo de até seis meses, 20,1% citaram entre dois e cinco anos, 18,3% sinalizaram o período entre cinco e dez anos e 10,7% indicaram o intervalo entre seis meses e um ano.

Instrumentos

Para a coleta de dados, foi construído um questionário composto por 36 questões fechadas e três questões abertas. As questões foram organizadas em seis eixos principais: a) identificação; b) história de vida; c) acesso à educação; d) trabalho e renda; e) assistência social; e, f) condições de saúde. Ao fim do instrumento, havia um espaço para registro dos relatos livres dos entrevistados e do diário de campo do entrevistador.

Ademais, foi utilizada a entrevista narrativa, caracterizada por não ser um modelo de perguntas e respostas, que preconiza a livre narração do entrevistado (SCHÜTZE, 2011). A entrevista foi baseada em um roteiro aberto

de questões norteadoras que incluíram temas como: histórico de vida para as ruas, rede de apoio social, sentidos atribuídos à vida na rua e, ainda, acesso às políticas públicas.

Considerações éticas e processo de pesquisa

O processo de coleta de dados aconteceu entre 1º de abril de 2019 e 12 de dezembro de 2019 e contou com uma equipe de 16 pessoas, composta por alunos e professores da universidade e trabalhadores do Centro POP. A obtenção dos dados ocorreu principalmente no Centro POP e por meio da abordagem de rua em diferentes espaços da cidade. Contou-se também com a parceria de diversos setores da rede de atendimento para a população em situação de rua, tanto dos serviços públicos quanto de iniciativas não governamentais, como o abrigo municipal, albergue, centros de reabilitação para dependentes químicos, serviço especializado em abordagem de rua e Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Esses locais parceiros receberam os pesquisadores e viabilizaram a aplicação das entrevistas.

No que tange à aplicação da entrevista, antes de iniciar a coleta dos dados os participantes foram informados quanto ao objetivo do estudo e aos procedimentos éticos envolvidos. Após a coleta realizada, o entrevistador lançou os dados dos entrevistados em um documento no Google Forms e em uma lista no aplicativo WhatsApp para ter o controle de quem havia participado da entrevista, evitando, assim, a repetição de dados. A equipe realizou reuniões quinzenais com a finalidade de alinhar as demandas, as frentes de trabalho, e de compartilhar dúvidas e experiências.

Em relação aos aspectos éticos, este estudo integra uma pesquisa maior intitulada “População adulta em situação de rua de Novo Hamburgo/RS: vivências, demandas e possibilidades de intervenção”, que teve o projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale (CAAE 01517818.3.0000.5348). Destaca-se, ainda, que os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes da aplicação dos instrumentos, sendo informados dos objetivos da pesquisa e da proteção de seus dados. Ao fim das análises dos materiais coletados, foi organizada uma cartilha informativa contendo os principais achados do estudo. A cartilha foi

“Pra mim parece que sempre foi difícil o que é tão simples pros outros”: População em situação de rua e acesso à educação

entregue aos participantes em rodas de conversa organizadas no Centro POP de Novo Hamburgo.

Análise dos dados

O processo de análise dos dados qualitativos ocorreu por meio da análise temática de Minayo (2014). O referido método é desdobrado em três etapas principais, quais sejam: pré-análise; exploração do material; tratamento e interpretação dos dados (MINAYO, 2014). Os dados quantitativos foram analisados e submetidos a uma análise estatística descritiva.

Análise e discussão dos resultados

Considerando os referenciais teóricos que subsidiaram este estudo e a análise temática empregada, os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos em quatro categorias: a) “A gente não tem direito de ir num lugar e existir”: trajetórias de exclusão e o acesso à educação; b) “Pretendo voltar a estudar”: desejos e a potência do aprender; c) “Aprendi sozinha por que foi muita vontade de querer”: modos e práticas de (re)existência; d) Educação não escolar, movimentos sociais e população em situação de rua.

“A gente não tem direito de ir num lugar e existir”: trajetórias de exclusão e acesso à educação

*A cada gota de bondade uma de maldade se dissipou
Várias fitas... Eis uma definição pra vida (CRIOLO,
2014).*

O acesso à educação é um ponto importante na compreensão das trajetórias de vida e do cotidiano das pessoas em situação de rua. Na ausência desses direitos, os indivíduos estão sujeitos ao desemprego, ao emprego precarizado e às situações que culminam, por vezes, na perpetuação da pobreza e na dificuldade de sair das ruas, daqueles que assim têm esse desejo (PINHEIRO; GIONGO, 2023). Os dados desta pesquisa indicaram a baixa escolaridade dos participantes, visto que 60,6% deles não possuíam o ensino fundamental completo e apenas 14,7% concluíram o ensino médio. Ainda, os dados indicaram que 2,4% dos participantes chegaram a ter acesso ao ensino superior, porém, apenas 0,6% haviam concluído essa etapa educacional. Essa

realidade é constatada em outros grandes centros urbanos. Na região metropolitana de Porto Alegre, um estudo comparou dados de 2007/2008 e 2016 e identificou que, no último ano em questão, 57,4% dos participantes não haviam completado o ensino fundamental e que, nos anos anteriores, 46,4% não tinham essa etapa concluída. Além disso, a taxa de analfabetismo havia diminuído, porém, a proporção de pessoas em situação de rua que não tinham o ensino básico completo permaneceu com altos índices, aumentando 12% entre os anos em questão (PIMENTA, 2019).

Quando questionados sobre as razões que levaram à evasão escolar, surgiram diversos relatos de violência e conflitos familiares, situações de abuso sexual na infância, uso de álcool e outras drogas por parte dos pais, trabalho infantil e desinteresse pelo ambiente escolar tradicional. Uma das falas que contextualiza essa trajetória é a seguinte: “Minha mãe me expulsou de casa quando eu tinha 14 anos por que ela batia em mim e ela é usuária de crack, daí ela me expulsou, daí eu fui morar na rua” (Entrevistada 13, informação verbal). Outros depoimentos corroboram:

Estudei até a primeira série, nunca passei da primeira. Na minha infância, foi a parte assim que sempre houve violência né... Que nem se diz assim, abuso sexual, essas coisas aconteciam... Quando eu tinha 6 anos, 7 anos, 8 anos, 12 anos, então essa coisa era frequente. (Entrevistada 11, informação verbal).

Eu não fui na aula por briga de pai e mãe, briga de casal, então puxa mãe pra cá, puxa pai pra lá. E os filhos que sofrem as consequências. Como eles viviam brigando e a gente tava sempre se mudando de lugar, não tinha como estudar em lugar nenhum, entrava e saía, entrava e saía. Isso prejudicou a minha vida. (Entrevistada 24, informação verbal).

As falas apresentadas revelam que os entrevistados tiveram e ainda têm cotidianamente seus direitos violados em diferentes esferas da vida, anterior a ida às ruas e nas ruas, incluindo o não acesso à educação. Nesse sentido, os cidadãos excluídos do direito à educação não são apenas os que se encontram fora da escola, mas os reconhecidos por pertencer a um conjunto de relações e circunstâncias que os afastam desse direito, através da negação, do acesso restrito, condicionado ou subalternizado (GENTILI, 2009). Como afirma uma participante: “A gente não tem direito de querer, da gente ir num lugar e exigir.

“Pra mim parece que sempre foi difícil o que é tão simples pros outros”: População em situação de rua e acesso à educação

Eles acham que a gente não tem direito de querer melhoras, de querer ajuda, de querer um lugar” (Entrevistada 29, informação verbal).

A evasão escolar ou o “labirinto escolar” ocorre quando alunos, professores e famílias ficam perdidos, tornando-se reféns da gramática escolar naturalizada nas escolas. Nessa organização, o sucesso é a lógica do labirinto, e só sobrevivem aqueles que conseguirem decifrar seu enigma, única forma de alcançar êxito (CABRAL; ALVES, 2016). Perpetua-se, assim, a lógica perversa da sobrevivência, que responsabiliza o sujeito pela sua própria exclusão (ZAISOV, 2019).

No Brasil, a disparidade entre os níveis de escolarização e de qualidade de vida impacta significativamente na escolarização, na inserção no mundo do trabalho e nos rendimentos mensais da população, como pode ser observado em alguns depoimentos:

Estudei até a sétima série, sou pedreiro, aprendi sozinho, aprendi com o pai. Eu tinha 26 anos, mas daí eu ia lá trabalhava e voltava pra rua de novo. Nunca tive emprego formal. Hoje minha principal ocupação é achacar [pedir dinheiro] e cuidar carro. (Entrevistado 28, informação verbal).

Pela situação do desemprego a gente não pode manter o aluguel, né, que a gente teve que sair da peça. O desemprego foi a causa de tudo, né, e a separação. A agente não pode manter onde a gente tava, daí a gente teve que entregar a peça, acabei vindo pra rua. (Entrevistada 45, informação verbal).

Como visto, há barreiras no acesso da PSR à educação, pois as pessoas que estão nessa condição possuem uma dinâmica de organização que precisa ser compreendida dentro das suas práticas. São atividades de rotina que demandam bastante tempo e investimento psíquico. Elas precisam, antes de tudo, ter a preocupação em dar conta da sua sobrevivência como meio de subsistência e como forma de manutenção da vida, como afirma uma entrevistada: “ninguém vive sem se alimentar, né, todos nós temos que nos alimentar, porque se uma pessoa passar fome, a pessoa fica fraca e da fraqueza vem a doença” (Entrevistada 105, informação verbal). Outro participante explica que atualmente não consegue conciliar os estudos com a busca incessante por emprego: “Eu vinha nos primeiros dias da aula, daí eu não pude vim por que eu comecei a trabalhar. Fiz uma entrevista e já comecei

a trabalhar daí não podia mais vir” (Entrevistado 27, informação verbal). A fala de outro entrevistado ilustra o dia a dia frenético que compõe o habitar as ruas:

[...] eu tenho que tá me preocupando que vai terminar meu tempo [de estadia no albergue], que eu tenho só três dias pra procurar um trabalho, que eu tenho que ir atrás de uma vaga de emprego, que eu tenho que conseguir uma entrevista, que eu tenho que tá sempre bem organizado, que eu tenho que me barbear, que eu tenho que tomar banho, que eu tenho que me alimentar, que eu tenho que procurar almoço, tudo isso em um dia. Imagina, em um dia só, quando eu vou ver já são 17h da tarde e eu tenho que voltar porque depois das 17h da tarde tá tudo fechado. (Entrevistado 74, informação verbal).

As pessoas que vivenciam processos de rupturas sociais e econômicas têm uma maior taxa de abandono escolar (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2022) e quando se trata de retomar os estudos curriculares o desafio é ainda maior diante da inexistência de renda, da ausência de moradia, das precárias condições alimentares e da frágil rede de apoio. Percebe-se que nesta conjuntura, os modelos de ensino tradicional não são suficientes para pensar o acesso ao direito à educação dessa população (KLEIN; PÁTARO, 2008).

Outro tema analisado junto aos entrevistados e que possui relação direta com a educação foi a inclusão digital. Apenas 38,8% dos participantes citaram possuir acesso à internet; os outros 62,2% afirmaram não possuir acesso a esse recurso. No que diz respeito ao meio de acesso, os participantes citaram o uso do Telecentro¹ (53%), celular particular (27,3%), dispositivos em *lan house* (10,6%), dispositivos na casa de familiares (4,5%), dispositivos no Abrigo Municipal (3,0%) e dispositivos na Biblioteca Pública (1,5%). Em relação a essa questão, para aqueles que possuíam acesso à internet foi indagado o que eles costumavam acessar: 56,9% dos entrevistados indicaram entrar em redes sociais, 33,8% relataram acessar vídeos e filmes, 20% indicaram o acesso a músicas e 15,3% disseram fazer uso da internet para leitura de notícias em geral.

Uma grande parcela de pessoas em situação de rua não apenas fica à margem das informações cotidianas, mas também enfrenta dificuldades para

¹ Telecentro são equipamentos municipais que disponibilizam acesso público a computador com internet para a população.

“Pra mim parece que sempre foi difícil o que é tão simples pros outros”: População em situação de rua e acesso à educação

acessar outros direitos, como auxílios, projetos sociais, previdência social e o mundo do trabalho. A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) em si prevê a autonomia desses sujeitos, porém, ao mesmo tempo, não disponibiliza os recursos necessários para essa ação. A questão que surge é: como a PSR vem sendo pensada por essas políticas, uma vez que a inclusão digital é também inclusão social, política e cidadã?

“Pretendo voltar a estudar”: desejos e a potência do aprender

*Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir
(EMICIDA, 2019).*

Com o intuito escutar as pessoas em situação de rua, a presente pesquisa levantou também as áreas de interesse e o desejo de aprender dos participantes. Mais da metade dos entrevistados tinha interesse em aprender algo novo (60,6%), 20,6% declararam que gostariam de aprimorar algum conhecimento que já possuíam e 18,8% não tinham interesse no aprendizado.

Aos participantes que mencionaram o desejo de aprender algo novo ou aprimorar algo que já sabiam, foram questionados os temas de interesse. Os relatos apresentaram mais de 30 atividades, sendo as mais citadas: retornar à escola para concluir o ensino fundamental, médio ou universidade (29,5%), aprender ou se aprimorar nas artes (18,8%), aprender informática (11,1%), conhecer mais sobre administração (8,9%) e aprender culinária (7,4%).

Acrescenta-se que no desenvolvimento da pesquisa os participantes puderam expressar suas ideias ou algo que gostariam de falar e que não havia sido abordado. Nesse espaço, eles expressaram também o desejo de voltar a estudar. Os relatos a seguir contribuem com a discussão: “[...] pretendo voltar a estudar, alugar um local e voltar a trabalhar” (Entrevistada 31, informação verbal); “Achei ótimo o questionário. Quero estudar mais, fazer o mesmo curso que tu faz: enfermagem” (Entrevistado 42, informação verbal); “Quero apoio para estudar e ser ginecologista, quero fazer cirurgias” (Entrevistado 65, informação verbal).

Tendo em vista esses aspectos, é possível identificar que a população em situação de rua tem o desejo de aprender ou de seguir aprimorando algum

conhecimento prévio. Esse desejo inclui a retomada dos estudos curriculares e a conclusão do ensino básico ou superior. Diante disso, cabe pensar em como fornecer recursos para a concretização desses desejos, bem como verificar quais entraves e barreiras impedem o acesso dessa população ao ensino, como a própria falta de moradia, a não inclusão das pessoas em situação de rua em projetos escolares adaptados a essa realidade ou, ainda, a ausência de práticas educativas não escolares vinculadas às políticas públicas.

Diante do desejo de aprendizado das pessoas em situação de rua, pode-se questionar se as políticas públicas estão considerando tais demandas e, ainda, se os profissionais estão preparados para desempenhar essas funções. Como é sabido, a formação dos docentes enfrenta desafios diante dessa realidade, uma vez que tem seu percurso formativo concentrado no processo de ensino–aprendizagem e pouco focado nas desigualdades e direitos sociais.

“Aprendi sozinha por que foi muita vontade de querer”: modos e práticas de (re)existência

*Vê se me entende, o estudante aprende
O professor ensina
O verbo que fortalece como vitamina
Contamina, na nova velha escola (SABOTAGEM,
2000).*

Tendo em vista a grande prevalência das pessoas em situação de rua de Novo Hamburgo com baixa escolaridade, mas que possuíam o desejo de aprender ou de aprimorar algum conhecimento, a pesquisa procurou, então, compreender as atividades que os participantes mais gostavam de fazer. Entre os principais resultados, 27,1% dos entrevistados tinham preferências por atividades esportivas, 23,5% indicaram gostar de atividades de socialização, 15,9% tinham gosto pela música, 12,4% indicaram o gosto pela leitura e 10% citaram atividades religiosas, caminhadas e trabalho. Esse panorama das preferências, principalmente no que tange a atividades culturais e recreativas, é próximo ao encontrado em outros estudos (CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL, 2017; QUALITEST, 2019).

As contribuições dos participantes da pesquisa apontam alguns caminhos: “[...] precisa ter mais cursos, pra tirar o pessoal da rua e trabalhar”

“Pra mim parece que sempre foi difícil o que é tão simples pros outros”: População em situação de rua e acesso à educação

(Entrevistado 126, informação verbal), “Acho que deveriam ter mais cursos pra se ocupar. Em Porto Alegre, fiz vários. Aqui deveria ter mais espaços para oficinas” (Entrevistado 13, informação verbal), “Quero voltar a frequentar o POP e voltar a estudar” (Entrevistada 169, informação verbal).

É evidente que tais atividades podem promover um senso de pertencimento, socialização e construção de vínculos de cidadãos que se encontram em situação de rua. É necessário levar em conta a importância de atividades, experimentações e a produção de arte, que refletem a cultura da rua. Através de espaços em grupo, é possível criar deslocamentos sensíveis, que são perceptíveis aos participantes, tornando-os protagonistas de suas expressões (SILVA *et al.*, 2018).

Devido ao fato de estarem afastados da escola por longos períodos, as pessoas nessa condição podem acreditar que possuem menos conhecimento, uma vez que não têm acesso ao ensino acadêmico nem aos recursos necessários para esse acesso (ALMEIDA, 2012). Uma entrevistada comenta: “É, eu, tem coisas que eu nunca fiz, bordar, fazer crochê, tricô essas coisas... Eu acho bonito quem faz, acho interessante, mas nunca fiz, pra mim parece que sempre foi difícil o que é tão simples pros outros” (Entrevistada 108, informação verbal). Além disso, esses indivíduos enfrentam o estigma diário associado à sua condição de rua; portanto, estar em ambientes escolares e dentro de um modelo escolar rígido e disciplinador pode se configurar como uma dupla violação direitos.

Os modos de existência e a forma como vivem estão intrinsecamente relacionados às práticas sociais estabelecidas no contexto das ruas, as quais são múltiplas, variáveis e diversas. A educação precisa compreender a pedagogia social como um campo transdisciplinar que envolve uma intervenção em rede, visando uma prática pedagógica para a educação social, tanto no âmbito escolar quanto fora dele (ZUCCHETTI; MOURA 2007). Uma entrevistada explicou que aprendeu a ler e a escrever sozinha:

Eu aprendi a ler depois de grande, isso aí é uma benção de Deus porque eu não estudei. Eu aprendi sozinha porque foi muita vontade de querer aprender, entendeu? Comecei a ler placa de sinalização, comecei a ler na frente dos ônibus o lugar, a cidade, tudo, mas aprendi sozinha. (Entrevistada 109, informação verbal).

Frente aos inúmeros interesses dos entrevistados emerge a possibilidade de pensar em políticas de educação não escolar que poderiam ser implementadas nas políticas públicas que atendem à PSR. Moura e Zucchetti discorrem sobre o conceito de educação não escolar, uma educação para além do espaço escolar, uma prática educativa que ocorre no campo social, fora dos muros da escola. Para as autoras, a educação não escolar tem um sentido de complementaridade e não de oposição como presente na semântica “formal e não formal”, uma vez que a educação não escolar também é um sistema formal, visto que a própria legislação afirma o direito à educação ampliada e com metodologias definidas (MOURA; ZUCCHETTI, 2006, 2009; MOURA; ZUCCHETTI; MENEZES, 2014; ZUCCHETTI; MOURA, 2007).

Portanto, a educação não escolar está ligada ao conceito de aprendizado ao longo da vida, estendendo as oportunidades de formação e de autoaprendizado para atender às necessidades específicas dos indivíduos e das comunidades. Sob a perspectiva da educação ao longo da vida, busca-se superar as fronteiras tradicionais de tempo e espaço na educação, adotando um modelo dinâmico que prepara as pessoas para a participação na sociedade e promove seu bem-estar geral (SEVERO, 2015).

Educação não escolar, movimentos sociais e população em situação de rua

*Onde estiver, seja lá como for
Tenha fé, porque até no lixão nasce flor*
(RACIONAIS MC'S, 2020).

A escola, mesmo na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), apesar de ser um espaço potente de pedagogias que dialogam com diferentes realidades (SOUZA; VIEIRA, 2022), não é uma possibilidade real e não facilita a inclusão das pessoas em situação de rua por não contemplar a todos e por não dar conta das especificidades dessa população, que sofre de adoecimento físico e mental, além de ter características flutuantes e dinâmicas (SANTOS, 2010). Assim, as dificuldades de implementação de ações coerentes refletem na baixa adesão aos projetos e programas diante da incompatibilidade dos serviços oferecidos e da real necessidade dessa população (NOVAES; SOUZA; PEREIRA, 2020).

“Pra mim parece que sempre foi difícil o que é tão simples pros outros”: População em situação de rua e acesso à educação

O próprio espaço geográfico é um dos entraves para o acesso. Corriqueiramente, as escolas que oferecem EJA, na grande maioria das cidades, localizam-se em bairros e disponibilizam aulas no período noturno. Essas características dificultam o acesso da PSR, que se concentra nas áreas centrais urbanas e, no período noturno, precisa acessar os albergues ou buscar outros espaços para dormir.

Alguns projetos ainda sobrevivem baseados na práxis ontológica Freireana, como a Escola Municipal de Educação Fundamental Porto Alegre (EPA). Seu propósito é oferecer educação para adultos em situação de rua, fora dos padrões tradicionais, por meio da EJA. A EPA oferece um atendimento integral, abrangendo áreas como saúde, assistência social, trabalho e socialização. A participação dos educandos na EPA contribui para a sua formação social, fortalecendo o engajamento em processos participativos da escola, promovendo o reconhecimento do indivíduo no contexto coletivo e a progressiva compreensão de seus direitos (FONSECA, 2020).

É imprescindível pensar em práticas de cuidado e acolhimento educacional que compreendam os modos de organização e as diferentes demandas das pessoas em situação de rua. Essas ações possibilitam o resgate desses sujeitos ao lugar de cidadãos. Para muitos, ter acesso às necessidades básicas, como um banho quente, refeições adequadas, pode ter um significado de aprendizado mais profundo do que uma aula nos padrões tradicionais, afinal, como disse um entrevistado: “Eu acho, assim, que não ter lugar pra tomar um banho, tomar café ou almoçar, coisas assim, atinge a gente a humanidade do dia a dia” (Entrevistado 98, informação verbal).

Cabe ressaltar que os coletivos e/ou movimentos sociais são um campo fértil para ações de educação não escolar e de cidadania, pois não estão vinculados institucionalmente a nenhuma instância e não baseiam sua prática em ações socioeducativas, nem têm um papel semelhante às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de socialização (RIBEIRO, 2006). Apesar da reduzida participação da PSR em movimentos sociais, a inclusão educacional e social desse grupo deve ser considerada de forma crítica e articulada coletivamente. Sobre a participação em movimentos sociais, 63,3% dos entrevistados neste estudo não possuíam interesse e 29,0% informaram que tinham interesse em participar de atividades futuras. Apenas 7,7% indicaram que já participavam de

atividades políticas coletivas, dado também encontrado em outras cidades (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, 2015).

A pergunta que pode ser feita é: como viabilizar e garantir a participação de pessoas em situação de rua nos movimentos sociais de forma que seja possível uma educação enquanto prática social? Embora as dificuldades relacionadas à sobrevivência no dia a dia sejam desafiadoras, as pessoas em situação de rua possuem potencialidades intrínsecas capazes de promover organização enquanto movimento social. Como exemplo dessa potência pode ser citado o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), que surgiu como principal organização dessa luta no país, tendo como pautas de reivindicação o direito à moradia, emprego/renda, saúde, alimentação, educação (formal e não formal) (GOHN, 2011). Além disso, outras iniciativas merecem destaque, como: os Encontros Nacionais da População em Situação de Rua; os projetos de extensão desenvolvidos por universidades, como é o caso do “Da Rua Para-Noia” realizado pela Universidade Feevale em parceria com o Centro de POP de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul (GIONGO *et al.*, 2020); e o “Boca de Rua”, iniciativa que reúne a PSR de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, há mais de 23 anos, para a produção de pautas e publicação periódica de um jornal.

A educação, quando praticada no contexto do movimento social, pode promover o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, à medida que os capacita a se verem como construtores e agentes transformadores da realidade. Dessa forma, a relação entre movimento social e educação manifesta-se por meio das ações práticas de movimentos e grupos sociais que interagem com instituições educacionais, no próprio interior do movimento social, devido ao caráter educativo de suas atividades na sociedade, e dentro dos próprios movimentos, através das aprendizagens obtidas pelos participantes e dos projetos socioeducativos concebidos e implementados por eles (GOHN, 2011).

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa indicaram a baixa escolaridade das pessoas em situação de rua, além de trajetórias de exclusão educacional

“Pra mim parece que sempre foi difícil o que é tão simples pros outros”: População em situação de rua e acesso à educação

anteriores à ida às ruas, configurando-se como uma dupla violação do direito à educação. Apesar disso, verificou-se que uma grande parcela dos participantes tinha o desejo de aprender ou de aprimorar algum conhecimento e que a maioria deles expressou a vontade de retomar os estudos curriculares. Ademais, quando questionados sobre as atividades com as quais se identificavam, foram citadas práticas esportivas, artísticas e de socialização, apontando a importância de considerar as diferentes formas de aprendizagem informais e associadas ao interesse dos participantes. A maioria dos entrevistados afirmou não possuir acesso à informação e à internet, contribuindo com a manutenção da exclusão social e educacional.

Apesar do desejo de aprender e de retomar o ensino regular, a realidade da PRS se mostra marcada pela violação de direitos, pela violência, pela vivência da fome e da falta de abrigo, tornando inviável a reinserção escolar. Essas dificuldades demandam importantes adaptações curriculares e de condições de ensino oferecidas pelos espaços formais de educação, envolvendo desde a flexibilização curricular, ajustes de carga horária e fornecimento de alimentação e espaços para a higiene pessoal. Frente ao exposto, urge a necessidade de (re)pensar o modelo de educação proposto para atender e/ou incluir a PSR. Restam as questões: estão sendo considerados os saberes não tradicionais de ensino e aprendizagem da PSR ou são apenas replicadas práticas escolares convencionais disfarçadas de educação social? De fato, estamos abrindo espaço para o diálogo e ouvindo o que a PSR tem a ensinar?

A partir disso, ressalta-se a necessidade de compreender as pessoas em situação de rua a partir de suas especificidades e heterogeneidades, que abarcam a dinâmica do cotidiano nas ruas, marcada pela constante violação dos direitos humanos. Neste contexto, faz-se preciso estimular a interlocução entre movimentos sociais e PSR, a fim de promover um espaço coletivo para que novas ações de caráter educativo possam surgir e operar em contextos não escolares do campo social, lugares que respeitem os saberes prévios adquiridos. Além disso, sugere-se a ampliação de políticas públicas de fomento e financiamento a projetos de extensão universitária que possam ser desenvolvidos em parceria com os serviços que atendem a PSR, viabilizando a construção de espaços educativos inclusivos e garantidores de direitos.

Referências

ALCANTARA, Stefania Carneiro; ABREU, Desirée Pereira de; FARIAS, Araujo Alessandra. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, v. 24, n.1, p. 129-143, 2015. Disponível em: <doi10.15446/rcp.v24n1.40659>. Acesso em: 4 out. 2020.

ALMEIDA, Sara Ferreira de. População em situação de rua e o retorno à educação escolar: entre dificuldades e possibilidades. *In: 4º Congresso Internacional de Pedagogia Social*, 2012, São Paulo. Proceedings online. São Paulo: Associação Brasileira de Educadores Sociais, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092012000200030&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 5 mar. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

CABRAL, Ilídia; ALVES, José Martins. O labirinto escolar: ensaio de resgate. *In: PALMEIRÃO, Cristina; ALVES, José Matias (coord.). Promoção do sucesso educativo: estratégias de inclusão, inovação e melhoria*. Porto: Universidade Católica Editora, 2016. pp. 40-64. Disponível em: <<https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/22446>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Caderno CRH*, v. 10, n. 26, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v10i26.18664>>. Acesso em: 25 maio 2023.

CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL. *Mapeamento da população em situação de rua: Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto

“Pra mim parece que sempre foi difícil o que é tão simples pros outros”: População em situação de rua e acesso à educação

Alegre: CAMP, 2017. Disponível em:

<<http://camp.org.br/files/2017/12/Mapeamento-da-Popula%C3%A7%C3%A3o-em-Situa%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-FINAL.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2020.

CORTIZO, Roberta Mélega; SANTORO, André. *População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam*. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2019.

Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Monitoramento_SA_GI_Populacao_situacao_ rua.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

CRIOLO. *Plano de voo*. São Paulo: Oloko Records, 2014. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=2DYkiM-14Ak>>. Acesso em: 1 dez. 2020.

CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (org.). *Rua - aprendendo a contar*: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

EMICIDA. *AmarElo*. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=spmmkWmJ3ck>>. Acesso em: 1 dez. 2020.

SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu*: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Pelo fim da dicotomia exclusão/inclusão: a questão do exército de reserva no capitalismo contemporâneo. In: CATTANI, Antonio David; DÍAZ Laura Mota; COHEN, Nestor (org.). *A construção da justiça social na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2013. pp. 1-20.

FERREIRA, Eliza Bortolozzi. A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso. *Educação e Sociedade*, v. 38, n. 139, p. 293-308, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/101590/ES0101-73302017176594>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

FONSECA, Márcia Cristina Taborda. *Cidadania na Escola Porto Alegre*: processos de formação e (re)conhecimento de sujeitos em situação de rua. 2020. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das*

necessidades desta população na cidade de São Paulo. São Paulo: FIPE, 2015. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0001.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF*. [S. l.]: UNICEF, 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>>. Acesso em: 25 set. 2023.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. *Educação e Sociedade*, v. 30, n. 109, p.1059-1079, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a14.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2020.

GIONGO, Carmem Regina *et al.* Cartilha população adulta em situação de rua de Novo Hamburgo. Novo Hamburgo, RS: Universidade Feevale, 2020. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/381f0435-88af-4ecb-85d5-df358a020b6a/CARTILHA_final.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 set. 2023.

GRABOWSKI, Gabriel *et al.* *Desmonte da educação pública: políticas educacionais, ensino médio, pandemia e EaD*. Porto Alegre: Carta, 2020.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. pp. 141-157.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. *Educação UFSM*, v. 44, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/1984644434731>>. Acesso em: 05 maio 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Nota técnica n. 103: estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012 – 2022)*. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_>. Acesso em: 17 abr. 2023.

KLEIN, Ana Maria; PÁTARO, Cristina. A escola frente às novas demandas sociais: educação comunitária e formação para a cidadania. *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, v. 1, p. 1-17, 2008. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10312/7697>>. Acesso em: 28 out. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social. *Educação Unisinos*, v. 10, n. 3, p. 228-236, 2006. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6065/3239>>. Acesso em: 20 set. 2023.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. Educação não escolar, universidades e educação popular: horizonte de novos desafios. *Educação Unisinos*, p. 125-134, 2009. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4938/2188>>. Acesso em: 15 set. 2023.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MENEZES, Magali Mendes de. Práticas de educação não escolar entre a precarização e a profissionalização. *Trabalho & Educação*, v. 23, n. 3, p. 87-100, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9256>>. Acesso em: 15 set. 2023.

NARDES, Scarleth; GIONGO, Carmem Regina. Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n. 1, p. e66011, 2021.

NOVAES, Edimarcus Carvalho; SOUZA, Sandra Aparecida Barbosa; PEREIRA Wanderson. O direito à educação e as possibilidades de resignificação: um relato de experiência com pessoas em situação de rua. *InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, v. 5, n. 2, p. 190-214, 2020. Disponível em: <[10.26512/insurgencia.v5i2.29081](https://doi.org/10.26512/insurgencia.v5i2.29081)>. Acesso em: 11 set. 2023.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Personas e situación callejera en Porto Alegre: procesos de estigmatización e invisibilidad social. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 1, p. 82-104, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30905>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PINHEIRO, Suane Silva; GIONGO, Carmem Regina. “A minha casa é na rua”: vivências da população em situação de rua de Novo Hamburgo. *Psicologia USP*, v. 34, p. e210096, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/cDQNVyKkJfTQSpBGSM76XRk/#>>. Acesso em: 1 ago. 2022.

POLLI, José Renato. Educação emancipatória e atualidade do pensamento ético-político de Paulo Freire: diálogo e promoção dos direitos humanos. *Filosofia e Educação*, v. 12, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rfe.v12i1.8659969>>. Acesso em: 1 ago. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.

Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022. [S. l.]: PNUD, 2022.

Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

QUALITEST. *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo*: 2019. São Paulo: SMADS, 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/Produto5_SMADS_SP_Final.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

QUALITEST. *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo*: 2021. São Paulo: SMDS, 2021. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626>. Acesso em: 01 set. 2023.

RACIONAIS MC'S. *Vida loka I*. São Paulo: Cosa Nostra. 2002. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sMz2WTnILSM>>. Acesso em: 1 dez. 2020.

RIBEIRO, Marlene. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. *Educação & Sociedade*, v. 27, n. 94, p. 155-178, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100008>>. Acesso em: 9 dez. 2020.

SABOTAGEM. *Um bom lugar*. São Paulo: Cosa Nostra, 2000. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GA7LcSX8tYE>>. Acesso em: 1 dez. 2020.

SANTOS, Rosane Ribas dos. A inclusão da pessoa vivendo em situação de rua no sistema de ensino de Santo André. *Web artigos*, [s. l.], 2010. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-inclusao-da-pessoa-vivendo-em-situacao-de-rua-no-sistema-de-ensino-de-santo-andre/51370>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (org.). *Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. pp. 210-222.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 96, p. 561-576, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2176-6681/345513545>>. Acesso em: 20 set. 2023.

“Pra mim parece que sempre foi difícil o que é tão simples pros outros”: População em situação de rua e acesso à educação

SILVA, Carla Regina *et al.* Estratégias criativas e a população em situação de rua: terapia ocupacional, arte, cultura e deslocamentos sensíveis. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1908/991>>. Acesso em: 9 dez. 2020.

SOUZA, Kleyne Cristina Dornelas; VIEIRA, Maria Clarisse. Pobreza e resiliência nas narrativas de educandos da EJA em Situação de rua. *Educação & Realidade*, v. 47, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-6236108942>>. Acesso em: 5 ago. 2022.

ZAIISOV, Francielli Alexandra. *Trajetórias formativas: quando e onde pessoas em situação de rua constroem saberes*. 2019. 73f. Monografia (Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia), Feevale, Novo Hamburgo, 2019.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MOURA, Eliana, Perez Gonçalves de. Educação não escolar e universidade: necessárias interlocuções para novas questões. In: *30ª REUNIÃO ANUAL DA ANPEd*, 2007, Caxambu. Anais. Caxambu: ANPEd, 2007. pp. 1-14. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT06-3417--Int.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2023.

Recebido em: 27/09/2023.

Aceito em: 18/12/2023.

Suane Silva Pinheiro

Psicóloga e Mestranda em Psicologia - Linha de Vulnerabilidades e processos psicossociais pela Universidade Feevale, bolsista CAPES.

 suane.sp@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/2385161524329205>

 <https://orcid.org/0000-0003-2711-9186>

Eduardo Souza Passini

Graduando em Psicologia pela Universidade Feevale e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de Iniciação Científica.

 dudupassini@hotmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/4412511493084839>

 <https://orcid.org/0000-0002-9740-9616>

Carmem Regina Giongo

Doutora e Pós Doutora em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Docente do curso de graduação e pós-graduação em Psicologia na Universidade Feevale.

 carmemgiongo@feevale.br

 <http://lattes.cnpq.br/3074416863232933>

 <https://orcid.org/0000-0001-7335-8511>

Scarleth Nardes

Psicóloga e Mestranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

 scarlethnardes@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/3617229794601124>

 <https://orcid.org/0000-0003-2323-4419>

Raquel Meyer Fagundes Backes

Psicóloga, Graduada pela Universidade Feevale. Possui experiência em Psicologia Social e Redução de Danos.

 raqbackes@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/8627771352876830>

 <https://orcid.org/0000-0001-5571-0745>

Marina Fritz

Graduada em Enfermagem, Mestre em Psicologia e Mestranda em Administração, Pela Universidade Feevale.

 marinafritznh@hotmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/5067245345339549>

 <https://orcid.org/0000-0002-3024-9355>

Este estudo recebeu apoio financeiro da FAPERGS (Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul), CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).